

UM NOVO CAMPO DE LUTA: A ATUAÇÃO DO ADVOGADO ANTÔNIO FERREIRA MARTINS NOS PROCESSOS TRABALHISTAS DE PELOTAS (1941-1945)

CAMILA MARTINS BRAGA¹; CLARICE GONTARSKI SPERANZA³

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – martinsbraga88@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – clarice.speranza@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante o período ditatorial do primeiro governo Getúlio Vargas, o Estado Novo (1937 -1945), a sociedade brasileira vivenciou consideráveis mudanças sociais, culturais e econômicas. Dentro desta conjuntura, em 1941, foi instalada a Justiça do Trabalho (JT), cujo o objetivo era dirimir os conflitos trabalhistas. Entendemos que a instalação da JT pode ser considerada um divisor de águas entre capital-trabalho no Brasil. A JT pretendia institucionalizar as negociações entre patrão e empregado (GOMES e SILVA, 2013).

A JT logo se configurou um novo campo de atuação para muitos advogados. Foi o caso de Antônio Ferreira Martins. De família humilde, filho da dona de casa Rosalinda e do marceneiro Manoel Martins entrou na faculdade de Direito na cidade de Pelotas em 1934, aos 20 anos. Após concluir sua graduação em 1939 e obter o título de advogado, casou-se com Laura Veiras Martins, com quem teve 6 filhos. O casal acabou se separando e Antônio teve, mais tarde, 4 filhos com Maria Alice Macedo Machado.

Após sua formatura, o jovem advogado viu no Direito do Trabalho um novo campo a ser explorado profissionalmente. Além de possibilitar um retorno financeiro, esse novo campo permitia que Martins, integrante do Partido Comunista Brasileiro, conciliasse sua profissão com suas ideologias políticas de justiça social. As informações citadas sobre a vida pessoal e profissional de Martins foram recolhidas das entrevistas realizadas pela autora com Aires e Daniel, filhos do advogado.

Em pesquisa junto ao Acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas (salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da UFPel), entre os anos de 1941 e 1945, constatamos que foram impetrados na Justiça do Trabalho de Pelotas pelo menos 487 processos. O advogado Martins atuou em 233 destas reclamações trabalhistas, atendendo apenas ao interesse dos trabalhadores. Nos outros 254 processos foram encontrados os nomes de 29 advogados. Esses dados quantitativos confirmam que Martins foi o advogado mais procurado pelos trabalhadores pelotenses no período.

A problematização desta pesquisa busca compreender como a atuação do advogado Antônio Ferreira Martins contribuiu para a luta da classe operária de Pelotas (RS) contra o patronato no momento de implantação da Justiça do Trabalho, a partir de sua inserção no campo jurídico e de sua militância comunista.

O intuito de analisar o papel desempenhado por Martins é devido ao leque de informações que sua atuação traz sobre trabalhadores e operadores do Direito no período nascente da Justiça do Trabalho.

A partir da análise da atuação deste profissional, torna-se possível saber quais eram os conflitos entre os trabalhadores e empregadores, quais direitos as empresas cumpriam/descumpriam, qual a relação das indústrias com os

sindicatos, quais eram as estratégias utilizadas pelos advogados dos empregadores, quais eram as posturas dos magistrados no período pesquisado.

As vertentes teóricas que guiam esta pesquisa são as reflexões de THOMPSON (1987) sobre Justiça detalhada na obra *Senhores e Caçadores – A origem da Lei Negra*, na qual o historiador afirma que a lei, para ser vista como legítima, necessita manter uma equidade, mesmo que seja por meio de padrões mínimos de justiça entre as classes. Neste estudo, a lei receberá destaque não apenas pela sua construção formal, mas por sua aplicação e pela utilização deste aparato legal pelo advogado Martins para defesa de seus clientes.

Também utilizamos a perspectiva teórica do sociólogo BOURDIEU (2001), para quem o campo jurídico é constituído por um conjunto de normas que legitimam o direito social, sendo que somente os “operadores do Direito” podem atuar dentro deste campo, obedecendo à hierarquia do monopólio jurídico. Através deste conceito, objetiva-se perceber como Martins se posicionava dentro do campo jurídico.

O conceito de classe social e experiência de THOMPSON (1987) será utilizado para entender os movimentos sociais no Brasil na década de 1940. Nesse sentido, pretendemos contribuir para a compreensão do processo de industrialização brasileira e da formação da consciência de classe operária no país.

2. METODOLOGIA

Apesar desta pesquisa não ser um estudo biográfico de Martins, a autora se apoia em algumas ferramentas que esta metodologia oferece. Diferentemente da biografia tradicional, objetiva-se fugir do modelo apologético (SCHMIDT, 2004), considerando o advogado Martins como uma via de acesso para a compreensão das lutas entre operários e patrões pelotenses dentro do âmbito jurídico.

Para isso, estão sendo realizadas entrevistas baseadas na metodologia da História Oral com o próprio advogado, seus filhos, seu colega de profissão e seu contemporâneo de militância comunista. Este material encontram-se em processo de análise pela autora. Para analisar o processo de lembrança de cada entrevistado, será utilizado o conceito de memória do antropólogo CANDAU (2001).

Também encontra-se em processo de análise quantitativa e qualitativa dos processos trabalhistas que Martins atuou entre os anos de 1941 e 1945. Para análise quantitativa dessas fontes está sendo feito uma análise dos resultados de cada processo, dados do reclamado e do reclamante e os pedidos nas ações. Para a análise qualitativa está sendo analisado a atuação do advogado Martins nas audiências, suas estratégias de argumentação e também a postura dos demais operadores do Direito dentro no campo jurídico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período compreendido, foi executado todas as metas propostas no cronograma de pesquisa. Até o momento, foram realizadas as leituras bibliográficas que são base do trabalho, bem como a organização e divisão dos capítulos da dissertação. Em relação às fontes, foram realizadas 4 entrevistas que encontram-se em processo de análise. Como os entrevistados são parentes e amigos próximos de Martins, percebemos que em seus relatos, os entrevistados são saudosistas e por vezes “constroem” a figura de Martins como um

personagem heroico. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, buscaremos algum relato que nos traga outras facetas de Martins.

A respeito dos processos trabalhistas, a análise quantitativa mostrou que Martins foi o advogado com o maior número de processos ajuizados no período pesquisado, tendo um número maior de ações impetradas no ano de 1944 após a Consolidação das Leis do Trabalho. A análise qualitativa encontra-se em desenvolvimento avançado. Por se tratar de um material volumoso, passaremos para fase da escolha das fontes, tendo como critério os processos que tiveram mais participação de Martins nas audiências.

4. CONCLUSÕES

Os primeiros anos da década de 1940 foram de extrema importância para os trabalhadores. Os direitos sociais, principalmente os direitos dos trabalhadores, passam a estar em foco na história da cidadania brasileira, “sendo identificados pela população como expressão de justiça social e como obrigação do Estado[...]”(GOMES, 2002, p. 46). Nesse sentido, a Justiça do Trabalho servia como aporte para que os trabalhadores pudessem se ancorar para reivindicar seus direitos.

Durante a pesquisa percebemos que uma das estratégias que o advogado Martins utilizava para defender seus clientes era a de vitimizar a classe operária. Em seus discursos nas audiências, o advogado argumentava que os trabalhadores eram oprimidos e fraternos e se as vezes agiam de forma errada dentro da empresa, era devido a emoção que movia a classe.

Concluo previamente que esta pesquisa mostrou que o advogado Antônio Ferreira Martins, caracteriza-se como uma figura ímpar no âmbito social. Pois, apesar de possuir um status social elevado, devido a sua profissão, ele optou por defender uma classe subalterna.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, A. de C. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, A. de C.; SILVA, F. T. Da. **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Unicamp, 203??.

SCHMIDT, B. B. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul;dez.2004.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 2v.